

Seminário regional sobre
“Globalização e os Desafios para o Movimento Sindical”
Maputo, 25-27 de Novembro de 2003

**Uma Reflexão sobre a Análise
do Impacto Sócio-Laboral
das Privatizações**

por
Prof. Dr. Carlos Nuno Castel-Branco¹

Caros camaradas da OTM-Central Sindical,

Caros dirigentes e quadros do movimento sindical na África Austral,

É com grande prazer que aceitei o vosso convite para participar neste seminário. Para mim é uma grande honra ser convidado como um dos oradores. Espero que a minha intervenção seja um contributo válido para os debates e reflexões e que justifique a vossa confiança.

Caros amigos

É com bastante agrado, entusiasmo e esperança que verifico a intenção, dinamismo e capacidade do movimento sindical e laboral na região de responder ofensivamente aos desafios de globalização do capital à escala regional e internacional com a coordenação globalizada das ideias, estratégias e abordagens sindicais e laborais.

¹ Doutoramento em economia. Professor de política económica e economia industrial na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo.

Os defensores da globalização capitalista muitas vezes justificam-na com o argumento de que ela permite transferir e combinar os factores de produção flexíveis, capital e tecnologia, com os inflexíveis, trabalho e terra. Segundo eles, tal combinação é mais eficiente se for assente nas vantagens comparativas reveladas através da livre operação dos mercados. Neste contexto, as nossas economias são fornecedoras de factores de produção inflexíveis, que aqui são abundantes, baratos mas não qualificados, em especial o trabalho; e as economias capitalistas mais desenvolvidas são as que fornecem os factores flexíveis, capital e tecnologia.

Com base neste argumento, é-nos imposto que nós não temos nenhuma influência e não podemos fazer nada, pois somos parte de uma economia global que se move a alta velocidade. Dizem-nos que apenas nos resta saltar para dentro do comboio da globalização, pois a alternativa é ficarmos em terra, isto é, subdesenvolvidos.

Com o empenho do movimento sindical e laboral na coordenação global das suas estratégias, começamos a rejeitar a noção de que os trabalhadores são factores de produção. Não! Os trabalhadores são pessoas, não factores de produção, que têm as suas aspirações, interesses, ambições, expectativas e problemas, que produzem a riqueza, e que querem partilhá-la com justiça.

A coordenação internacional do movimento sindical e laboral também permite mostrar que ao contrário da ficção utópica e enganadora de competição perfeita e livre mercado associada ao pensamento neo-liberal, o capitalismo tem um carácter internacional e oligopolista ou monopolista, onde a competição é entre poderosas empresas e capitais pelo controle das indústrias, força de trabalho, recursos, capacidades e mercados. Portanto, a coordenação regional e internacional do movimento trabalhador permite oferecer alternativas estratégicas ao neo-liberalismo.

A coordenação internacional do movimento sindical e laboral tem o potencial de permitir uma clara identificação das alianças e estratégias a seguir pelo movimento para influenciar o desenvolvimento da economia mundial e das sociedades de forma mais justa e humana, onde as pessoas sejam pessoas e não instrumentos de acumulação de riqueza.

Deste modo, podemos evitar as tendências e ratoeiras proteccionistas, nacionalistas e até chauvinistas em que por vezes alguns membros do movimento internacional dos trabalhadores caem, muitas vezes pelo desespero de não encontrarem outras respostas para os problemas dos trabalhadores que representam em face de um capitalismo crescentemente internacional e oligopolista ou monopolista.

Todos nós conhecemos os casos de trabalhadores que lutam contra trabalhadores para protegerem os seus empregos e ganha-pão, e no processo se tornam vulneráveis à propaganda chauvinista, racista e tribalista, e passam a confundir aliados e inimigos. Também conhecemos casos de organizações laborais que se aliam aos esforços hegemónicos do capitalismo nos seus países, em especial em economias mais desenvolvidas e mais influentes, pois pensam que garantindo essa hegemonia ficam protegidos contra as recessões, o desemprego e a pobreza. Isto acontece na nossa região, e acontece no resto do Mundo.

A coordenação regional e internacional do movimento dos trabalhadores permitirá não só ultrapassar tais problemas, como também realizar a missão fundamental de garantir a internacionalização assente na cooperação, respeito mútuo e valorização de todos e benefício para todos, ao contrário dos processos de absorção, agressão e exercício de pressão hegemónica a que assistimos hoje. Não nos devemos esquecer que a primeira organização política dos trabalhadores e a primeira organização internacional no nosso planeta surgiu há mais de um século e meio e chamava-se associação internacional dos trabalhadores. Enquanto o carácter internacional do capitalismo apenas começava a despontar e a revelar-se, já o movimento laboral apelava à unidade e coordenação internacional da luta dos trabalhadores.

Um outro lado crucial da coordenação do movimento laboral é o da unidade de acção das várias organizações e movimentos sociais progressistas. O movimento sindical é muito mais forte quando se une às outras forças, organizações e movimentos sociais que lutam por uma agenda comum de justiça e democracia social e económica. Esta unidade é um imperativo em todo o Mundo e requer que aprendamos a ver que os objectivos e lutas que travamos são comuns, mesmo que se situem em diferentes frentes e se foquem em

diferentes segmentos sociais. O movimento sindical não pode e não deve lutar sozinho, pois será muito mais forte se contribuir para a formação de, e se unir a, uma larga frente progressista de trabalhadores, camponeses, intelectuais, profissionais, investigadores, activistas sociais, gente que trabalha e luta pela igualdade e justiça sociais e económicas.

Mais importante do que fazer reuniões e seminários em conjunto é a capacidade de convencer a sociedade e o estado de que a luta contra a pobreza e o empobrecimento só tem sentido e possibilidades de sucesso se for colocada no contexto mais geral da luta pela igualdade e justiça sociais e económicas. É sintomático que a maior parte dos programas de combate à pobreza em Moçambique não mencionam emprego, salário, indústria, produção. Muitas ONGs e agências de desenvolvimento nacionais e internacionais preferem distribuir apoio pelos pobres que eles identificam, ou, em outras palavras, distribuir a pobreza equitativamente pelos pobres, em vez de agirem sobre as dinâmicas de emprego, geração e distribuição do rendimento.

É muito mais frequente encontrar organizações sociais bem intencionadas e mobilizadas mas focadas apenas na distribuição caritativa de magros recursos por cada uma de milhares de famílias pobres (seja um cajueiro, uma enxada, uma aula de tecnologia de produção individual ou mais um quinto de um hectare de terra pobre), do que a agirem sobre as dinâmicas de emprego, geração e distribuição de rendimento que tirem cada uma dessas famílias, e a economia e a sociedade como um todo, da armadilha da pobreza e empobrecimento e, no processo, criem dinâmicas de desenvolvimento rápido e equitativo.

A unidade do movimento sindical e laboral começa na unidade entre os trabalhadores: formais e informais, organizados e não organizados, sindicalizados ou não, permanentes e sazonais ou ocasionais, agrários e industriais, urbanos e rurais, manuais e intelectuais, qualificados e não qualificados, administrativos e directamente produtivos, veteranos e aprendizes, do quadro ou de contrato, homens e mulheres.

O capital organiza a produção de forma a controlar melhor a força de trabalho e a dividi-la. Fá-lo alienando-a dos processos decisórios e fragmentando as suas qualificações e

compreensão dos processos de trabalho de que fazem parte. Também o faz privilegiando grupos de trabalhadores em desfavor de outros, fazendo com que alguns pensem que são mais importantes do que os outros, gerando contradições entre os que trabalham.

É preciso estarmos sempre claros que na óptica do capital todos os trabalhadores, sem excepção, são vistos sobretudo como peças necessárias da máquina de acumulação de capital. Esta realidade deve unir os trabalhadores, em vez de levá-los a lutar uns contra os outros pelo falso privilégio de se tornarem na peça mais privilegiada da máquina. A luta dos trabalhadores deve ser para deixarem de ser máquina, não para passarem a ser uma peça importante na máquina.

A grande batalha é, pois, como unir toda esta energia, capacidade, vontade e esforços e dar-lhes uma direcção estratégica comum. Isto implica que o movimento sindical tem que ser organizador e mobilizador, antes de ser facilitador e negociador. Também implica que o movimento sindical tem que ter uma análise muito clara das dinâmicas de do poder, do emprego, e da geração e distribuição do rendimento para que possa ajustar as estratégias e tácticas a novas circunstâncias. Portanto, a capacidade de análise rigorosa das dinâmicas sociais e económicas tem que ser desenvolvida no seio do movimento sindical e laboral, pois é tal base analítica que permite criar estratégias igualmente rigorosas e poderosas de intervenção.

É com entusiasmo e esperança que vejo que o debate sobre estas e outras questões igualmente importantes está a ser feito com criatividade e dedicação, e que progressos significativos são registados no dia a dia.

Gostaria, pois, de saudar-vos pelos vossos esforços, e encorajar-vos a prosseguir-los no intuito de fortalecer a unidade regional e internacional do movimento sindical, a unidade entre trabalhadores e a frente social do movimento laboral e progressista pela justiça, igualdade e cooperação sociais e económicas.

Caros amigos,

O tema que me propuseram que ajudasse a discutir, o impacto sócio-laboral das privatizações, é bastante complexo de analisar. As razões para isso são várias.

Em primeiro lugar, é difícil distinguir entre os impactos sócio-laborais atribuíveis às privatizações e os que são atribuíveis a todas as outras políticas económicas e sociais que formam o pacote de medidas de estabilização e ajustamento estrutural da economia de Moçambique. Devemos estar recordados que as privatizações tomaram lugar num contexto em que também foram tomadas medidas de contenção da despesa pública e do crédito à economia, de reforma fiscal, de liberalização dos mercados domésticos, de abertura à economia internacional, de relativa liberalização dos fluxos de capital externo, de desvalorização da moeda e reforma da política cambial, de reforma do papel do sector público, de reforma da legislação laboral e redução do papel dos sindicatos, etc. Todas estas medidas têm impactos sócio-laborais intencionais, que de modo algum são residuais, colaterais ou não previstos.

Quando as medidas de política pretendem reduzir a procura agregada e revelar as nossas vantagens comparativas assentes em força de trabalho abundante, barata e não qualificada, o que é que estão a dizer? Em poucas palavras, estão a falar de aumentar o desemprego, reduzir salários reais e garantir que uma proporção cada vez maior da riqueza social seja apropriada pelo capital.

Em segundo lugar, cada uma das medidas mencionadas tem um impacto determinado não só pela medida em si, mas pela sua combinação com as outras medidas económicas do pacote de estabilização e ajustamento. Portanto, o impacto que as privatizações podem, teoricamente, ter na ausência e na presença de todos esses outros factores pode ser bastante diferente. Privatizações apoiadas por políticas industriais e laborais promotoras de emprego e produtividade podem ser vistas como tendo um impacto significativamente diferente de privatizações acompanhadas por medidas monetaristas de estabilização e contracção e por ausência deliberada de estratégias industriais.

Por exemplo, a perda de mais de dez mil postos de trabalho na indústria do caju resultou da combinação de uma série de políticas e factores, de entre os quais se destacam:

- a privatização a favor de grupos económicos que se encontravam em fase de reestruturação, diversificação horizontal e redução de risco;
- a liberalização das exportações da castanha em bruto, e a liberalização da comercialização doméstica da castanha que permitiu fortalecer o controle exercido pelos grandes comerciantes, também controladores das exportações de castanha não processada;
- a adopção de medidas fiscais e monetárias restritivas;
- a fragmentação social da indústria;
- a aliança, pelo menos de facto, entre grupos e organizações financeiros e comerciais internacionais e o estado;
- a miopia, ignorância e oportunismo de donos do capital;
- a falta de visão estratégica dos sindicatos que preferiram uma aliança desastrosa com os donos do capital em vez de com os camponeses, que tentaram, sem sucesso, proteger um segmento da indústria e uma fracção dos seus grupos de interesse, sem olhar para a indústria e para os grupos de interesse nela operantes como um todo.

Nenhum destes factores, em si, teria conduzido a uma tão massiva destruição de postos de trabalho e modos de vida. Combinados, estes factores formaram uma massa crítica que resultou em impactos diferentes e de muito maiores dimensões.

Em terceiro lugar, a privatização de empresas ou activos, definida como transferência de propriedade e/ou controle do sector público para o privado, é, geralmente, apenas uma

etapa na reestruturação social, económica e tecnológica mais geral desses activos no interesse do capital que os controla. Portanto, é bastante difícil distinguir entre os impactos que resultam das privatizações, isto é, directamente da transferência de propriedade e/ou controle, e os que resultam de subsequentes medidas de reestruturação dos activos produtivos em causa.

Obviamente, é possível argumentar que sem as privatizações tal reestruturação empresarial não teria lugar, pelo menos na forma em que acontece. Este argumento, no entanto, é mais teórico que prático. Por um lado, as causas directas das transferências de propriedade e/ou controle geralmente são ou a crise do estado, ou a crise das empresas ou reestruturações e pressões políticas e económicas mais globais às quais o estado é particularmente vulnerável e não consegue resistir. Por outro lado, tais pressões até podem simultaneamente provir das forças do capital e do movimento laboral. Por exemplo, no caso de Moçambique, as pressões para privatização acelerada, em muitas empresas, também contaram com o apoio tácito dos trabalhadores. Este apoio foi muitas vezes induzido pela crise das empresas e pela esperança de que as privatizações trariam injecções de capital e subsequente segurança e expansão do emprego e melhores salários; e pela promessa de introdução de incentivos associados à produtividade e de comparticipação nos lucros pela comparticipação nas acções das empresas (o chamado capitalismo democrático). Finalmente, o comportamento do estado e as suas decisões de política não são alheios nem autónomos das dinâmicas das relações de força, conflito e aliança entre os grupos sociais de interesse existentes.

Portanto, nestas condições seria muito pouco provável que o estado tivesse o poder, capacidade e vontade políticas e económicas para manter a propriedade e/ou controle, ou para dirigir os processos reais de reestruturação empresarial. Quer dizer, o conteúdo, forma, tipo e direcção de reestruturação empresarial pós privatização reflectem quem tem poder e os seus interesses, mais do que objectivos tecnocráticos de eficiência. Embora a privatização abra a oportunidade para tais reestruturações empresariais, que frequentemente implicam massivas reestruturações laborais, incluindo despedimentos, a privatização não é necessariamente a causa de tais reestruturações.

Em quarto lugar, a lista de impactos sócio-laborais possíveis de relacionar com as privatizações é extensa e complexa. Tal lista inclui impactos sobre o nível, estabilidade e tipo de emprego; qualificações dos trabalhadores; nível e dinâmica salarial; diferenciação entre indústrias e grupos de trabalhadores; alteração das relações laborais mesmo ao nível da legislação; alterações às dinâmicas de desenvolvimento institucional do movimento sindical e laboral; e, sobretudo, alterações profundas no que respeita a relações de poder. As questões em análise são muitas e complexas. Os impactos sócio-laborais dependem, obviamente, dos processos negociais associados com as privatizações e das condições de desenvolvimento, que diferem significativamente entre indústrias, entre regiões, e entre tipos de firmas e redes de agentes.

Quinto, os dados estatísticos para análise dos impactos sócio-laborais, em particular sobre emprego e salários, são muito pouco fiáveis. No caso de Moçambique, estes dados são difíceis de obter e estimar e complexos para analisar e compreender, por causa de vários factores, entre os quais se salientam os seguintes:

- O emprego é instável e muitas vezes informal;
- A maioria dos agregados familiares e indivíduos tende a adoptar estratégias de rendimento e sobrevivência assentes na diversificação das actividades económicas de tal modo que o mesmo indivíduo pode ser, simultaneamente, empregado assalariado, trabalhador por conta própria e empregador e pode trabalhar em diferentes sectores da economia;
- O emprego assalariado tende a ser subvalorizado por causa de vários factores socioeconómicos e culturais, incluindo a existência de diferentes interpretações sociais sobre o significado de emprego assalariado;
- As relações dinâmicas entre as várias formas de rendimento são frequentemente subvalorizadas; e
- O sistema estatístico sobre emprego e salários é muito débil e tem uma fraca cobertura nacional.

Estes factores fazem com que as estatísticas sobre ocupação da força de trabalho, emprego e salários sejam suspeitas e, por isso, tenham que ser usadas com muita cautela. Também chamam a atenção para a complexidade do problema sócio-laboral que o movimento sindical e laboral enfrenta e tem que aprender a gerir melhor do ponto de vista estratégico.

Caros amigos,

De forma sistemática e rigorosa, não há muito de sério e fiável que possa ser dito sobre o impacto directo das privatizações, por causa das questões que mencionei anteriormente. No entanto, há factos que podem ser mencionados, que ocorrem com as privatizações, mas que dificilmente podem ser totalmente atribuíveis às privatizações.

Projectos de investigação recentes que realizei² mostram que nas provinciais de Nampula (fortemente afectada pela crise pós privatização de todas as agro-indústrias) e de Maputo (fortemente afectada pelas dinâmicas económicas da África do Sul), o desemprego acumulado registado cresceu substancialmente no período pós privatização (entre 1997 e 2002), tendo em ambos os casos mais do que duplicado. Além disso, 50% dos desempregados registados em Nampula, e dois terços dos desempregados registados em Maputo procuram novo emprego. Quer dizer, perderam os empregos anteriores.

Os mesmos relatórios mostram que a proporção de empresa formais com contratos colectivos de trabalho é extremamente baixa.

Um relatório recente produzido por consultores internacionais no quadro da cooperação entre a CTA e o Banco Mundial³ indica que entre 1998 e 2002, mais de um terço das pequenas e médias empresas industriais encerrou por diferentes motivos. Um outro

² Castel-Branco, CN. 2003. Rapid assessment study about support to building capacity in investment and development policy in the province of Nampula – Final Report. Swiss Development Cooperation. Maputo; 2003. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Maputo – Parte II: Diagnóstico.

³ Nasir J. *et al.* 2002. Mozambique industrial performance and climate assessment. RPED. Maputo.

relatório produzido pelo mesmo grupo⁴ indicava que as empresas privatizadas eram as que tinham pior desempenho médio entre todas as empresas em Moçambique, com excepção das privatizadas a capital estrangeiro com estratégias claras de reestruturação e capacidade financeira, técnica, administrativa e mercados para implementar tais estratégias.

Dois outros trabalhos de pesquisa sobre indústria e industrialização em Moçambique⁵ mostram que os processos de industrialização e desenvolvimento em Moçambique são seriamente concentrados em torno de mega projectos associados com as dinâmicas de acumulação e reestruturação do capital na África do Sul.

Combinando os dados destes quatro relatórios com os dados sobre emprego anteriormente mencionados, podemos facilmente concluir que o desemprego é fortemente influenciado quer pela crise do sector produtivo pós privatizações, quer pelo baixo nível de qualificações e organização laboral da força de trabalho.

Mas será que podemos concluir que as privatizações criaram o desemprego, ou será que, como anteriormente foi mencionado, o que acontece na economia é o resultado da combinação de uma série de políticas e processos, incluindo as privatizações?

Será que os problemas laborais mais sérios deste país acontecem apenas nas empresas formais e em crise, ou a pobreza e exploração desenfreada dos trabalhadores faz-se sentir massivamente em milhares de actividades informais, não registadas, onde os sindicatos e o estado nem chegam?

Além disso, será que os impactos das privatizações são apenas negativos? Ou será que também levantam novos desafios para a própria mentalidade e estratégias sindicais, como sejam, por exemplo: os salários flexíveis associados com a produtividade, as diferenças salariais entre indústrias e regiões, etc.?

⁴ Biggs, T. *et al.* 1999. Structure and Performance of Manufacturing in Mozambique. RPED. Maputo.

⁵ Castel-Branco, CN. 2003. Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento; e Castel-Branco. 2002. Economic linkages between South Africa and Mozambique. Ambos publicados no web site da SARPN (www.sarpn.org.za).

Caros amigos,

Em vez de vos fornecer uma análise do impacto sócio-laboral das privatizações, que anteriormente identifiquei ser muito difícil de fazer, gostaria de vos propor uma metodologia de abordagem do problema que possa ser útil ao movimento sindical e laboral. Esta metodologia está ainda a nascer, está ainda apenas ao nível de algumas ideias soltas, e precisa de ser desenvolvida e consolidada não só na universidade, mas também com a participação e crítica das organizações sindicais.

Em primeiro lugar, privatização, particularmente tomando em conta a escala que assumiu em Moçambique, é um processo de transferência de propriedade, controle e poder que, portanto, influencia e é influenciado pelas relações de poder na sociedade e na economia. Tais relações de poder estabelecem-se entre fracções do capital doméstico e internacional, entre o capital e o estado, entre o capital e o trabalho, entre o estado e o trabalho e entre segmentos da força de trabalho.

Neste contexto, é importante analisar:

- Como é que o processo de privatização e a subsequente reestruturação de empresas e indústrias são influenciados, influenciam e reflectem as relações, alianças e conflitos de poder entre grupos de capital, o estado e os trabalhadores;
- Que mudanças significativas no poder económico e nas relações laborais ao nível das empresas e indústrias foram introduzidas com o processo de privatização;
- Como é que os debates, a negociação, a legislação e os sistemas de contratos laborais estão sendo influenciados pelas alterações no poder económico introduzidas pelas privatizações:

- O que está acontecendo do ponto de vista de níveis, dinâmicas e estrutura do emprego, qualificações, diferenciação entre trabalhadores, níveis salariais, sistemas de remuneração, sistemas de transformação de trabalhadores em accionistas, sistemas de gestão e incentivos em diferentes indústrias e firmas, e em diferentes regiões;
- As causas das diferenças entre firmas, indústrias e regiões, e as suas implicações.

Em segundo lugar, é preciso prestar atenção às questões laborais, elas próprias, no contexto das dinâmicas de desenvolvimento económico e social, em vez de apenas focar num processo específico, privatizações, que é apenas uma parte dessas mesmas dinâmicas.

Para isso, é preciso fazer uma análise detalhada, sistemática e rigorosa do que está a acontecer nas indústrias formais e informais, as que estão em crise ou em desenvolvimento, e identificar como é que os problemas laborais e os problemas de aliança estratégica entre diferentes grupos de trabalhadores hoje se colocam.

Por exemplo, a sustentabilidade financeira das pequenas e médias agro-indústrias rurais é geralmente dependente do facto de que as condições de trabalho são péssimas, os salários muito baixos e frequentemente não pagos, e o poder de negociação entre capital e trabalho muito assimétrico em favor do capital. Será esta uma estratégia de desenvolvimento a seguir para gerar emprego nas zonas rurais, ou será este tipo de emprego gerador e multiplicador da pobreza que dizemos que queremos reduzir?

Recentemente, um alto funcionário do Banco Mundial que visitou Moçambique sugeriu que Moçambique se transformasse na “maquilhadora” da África Austral.⁶ Se isto acontecer, não só as oportunidades de desenvolvimento e diversificação de capacidades industriais serão extremamente estrangidas, mas também a economia só poderá

⁶ Maquilhadora é uma indústria “superficial”, de maquilhagem, que apenas faz o arranjo final (por exemplo, montagem final) do produto para re-exportar.

continuar a funcionar enquanto os salários forem extremamente baixos. Isto é, a estratégia de “maquilhadora” é uma armadilha de pobreza.

Por outro lado, temos os desafios dos mega projectos, como é que eles se relacionam com o resto da economia, e que novos problemas sócio-laborais produzem: diferenças salariais, diferenças em condições de trabalho, como é que essas diferenças se reflectem em outras empresas e que novas contradições introduzem nas outras empresas.

Mas a questão central dos mega projectos, do ponto de vista laboral, é que o benefício para a economia nacional é directa e positivamente proporcional ao nível salarial dos trabalhadores moçambicanos. Quer dizer, quanto mais altos forem os salários dos trabalhadores moçambicanos, maior será o impacto positivo dos mega projectos na economia nacional. Além disso, como estes projectos são extremamente intensivos em capital, aumentos salariais significativos têm muito pouco impacto na redução de lucros de multinacionais que já por si são extremamente lucrativas.

Decisões alocativas de alguns dos projectos regionais associados com dinâmicas económicas e sociais na África do Sul e Zimbabwe são também relacionadas com níveis salariais relativos entre economias, assim como níveis de qualificação e produtividade da força de trabalho. Para uma abordagem mais estratégica, os sindicatos têm que cooperar entre si, definir formas e níveis de negociação, obter e analisar muito mais informação sobre as dinâmicas do investimento directo estrangeiro regional e as condições e estratégias em cada economia. Os sindicatos não podem apenas responder defensivamente às abordagens neo-liberais dos estados e aos interesses das corporações privadas – as estratégias sindicais têm também que começar a ser ofensivas, a obrigar os estados e as corporações a negociar em termos diferentes.

Para atingir estes objectivos, o movimento sindical regional tem que estar unido entre si, e unido a todas as forças progressistas da região numa frente ampla pela justiça e igualdade social e económica, não só anti-neoliberal, mas pró desenvolvimento em prol de todos os trabalhadores.

Acabo apenas de mencionar alguns exemplos de questões importantes a analisar. Como disse, estas ideias fazem parte de uma reflexão metodológica que ainda está no início da sua concepção. Com o vosso apoio, e colaborando com muitas outras iniciativas do género na região e no Mundo, estou certo que vamos produzir uma maneira de pensar e abordar as questões de desenvolvimento que impulsionem para um futuro mais risonho e mais democrático, de facto, para os trabalhadores da nossa região.

Obrigado.